

O campo dentro ou às portas da cidade: hortas urbanas na Umbria. O caso de Perugia

Alberto Melelli¹

As grandes transformações ocorridas no espaço rural italiano nos últimos três a quatro decénios fizeram-se sentir de forma notória nos campos da Umbria, uma região da Itália Central de limitada extensão (8456 km²) mas assinalada por uma sensível variedade do ponto de vista geográfico-físico – a montanha, a colina e a planície alternam-se num espaço não muito extenso – e por diversidades que não dizem apenas respeito aos aspectos paisagísticos mas também aos culturais, ao tecido social e à estrutura económica.

No que respeita ao espaço rural, existe já uma vasta literatura sobre a relação cidade-campo. Um discurso actualizado levar-nos-ia a considerar duas de muitas mudanças causadas pelas novas formas de agricultura e de vida camponesa, a suburbanização e a contraurbanização, tendo em conta os vários efeitos já conhecidos que o fenómeno da urbanização difusa determina. Neste momento, e na tentativa de dar um contributo de reflexão sobre o estudo daquelas mudanças – comuns à Umbria e a tantas outras áreas de Itália, mas também a outros países mediterrânicos, e mais em geral europeus – preferiu-se apresentar um fenómeno específico, o qual, dada a sua localização, concretiza a relação cidade-campo no modo mais estreito que se possa imaginar: no plano topográfico-físico e paisagístico.

Como o próprio título do estudo deixa adivinhar, ir-se-á falar de hortas na cidade, mais especificamente daquelas que foram conservadas nos centros históricos, distinguindo estes espaços verdes cultivados daquelas que são geralmente apelidadas de hortas urbanas, já examinadas em vários estudos de geografia rural, e que podemos observar ao longo das margens dos rios, nas escarpas das ferrovias e em outros espaços livres suburbanos, geridas – abusivamente ou por concessão de entidades públicas – por anciãos e desempregados.

Além do mais, no intuito de dar sentido à escolha do tema apresentado, está o facto de que se o espaço rural foi muitas vezes considerado como uma

¹ Sezione di Geografia – Dipartimento Uomo & Territorio. Università degli Studi di Perugia (Italia).

imitação do urbano, também se pode constatar a existência de cidades nas quais se praticavam (e em não poucos casos ainda hoje se praticam) certas formas de agricultura, realizando assim uma ligação estreita entre os povoados urbanos e o mundo agrícola.

A reforçar a especificidade do tema assim considerado, junta-se a surpresa que se constata quando estamos diante de um centro histórico – o ‘coração’ das antigas cidades, contido no cerco de muralhas romano-medievais, senão mesmo etruscas, compactadamente edificado, com as suas casas, monumentos, igrejas e praças. Porém, no seu interior, ou logo perto, junto às próprias muralhas, descobrem-se espaços verdes, públicos e privados, com finalidade ornamental e para uso recreativo, ou com função produtiva. Como se dirá adiante, neste último caso podemos ver áreas, cobrindo por vezes uma área apreciável, cultivadas com diversas espécies horto-frutícolas.

Podemos falar de uma verdadeira ‘surpresa’, como se disse, porque tais espaços, especialmente as hortas privadas, representam uma visão inesperada, de que os visitantes, os turistas e os próprios habitantes das cidades têm pouca percepção e conhecimento. Encerrados entre casas, muralhas, sebes, cortinas de árvores ou em terraços sobrelevados em relação ao plano das estradas, elas fogem de facto à observação directa.

A observação directa é uma fonte imprescindível para quem quer conhecer as hortas urbanas. Para quem quiser conhecer, com detalhada minúcia, os seus múltiplos aspectos e características, defronta-se porém com notórias dificuldades. Dificuldades de investigação (pouca literatura a este respeito), acentuadas pela ausência do proprietário, sobretudo quando se trata de ‘segundas casas’, de pessoas ausentes ou receosas de deixar revelar situações de abuso. Dificuldade de acesso, mais premente quando se trata de mosteiros de clausura ou de conventos.

São muitas e de diversa natureza as fontes do conhecimento dos espaços em questão. Desde logo a tradição oral, isto é, informadores locais e especialmente os proprietários, os vizinhos ou outras pessoas que saibam fornecer indicações exactas sobre a situação e natureza de tais espaços.

São igualmente preciosas as fontes cartográficas, as cartas antigas, as actuais e, em particular para a escala adoptada (1:1000), a carta cadastral. Todavia, apresentam muitas vezes o inconveniente de estarem actualizadas e de nem sempre fazerem a distinção entre hortas e jardins.

O material aero-fotográfico é igualmente de grande utilidade assim como a cartografia que nele tem origem, normalmente actualizada e disponível para séries de anos diferentes. A interpretação deste material permite extrair muitos dados que podem interessar directamente ao estudo das hortas urbanas.

Igualmente úteis são os estudos preparatórios da redacção dos planos reguladores gerais ou de outros planos conduzidos por iniciativa específica dos municípios; também importantes são o trabalho de pesquisa levado a cabo por universidades, associações e centros culturais que estejam atentos à tutela dos espaços verdes na cidade.

A análise conjunta de todas estas fontes acima mencionadas permitirá a classificação (segundo a forma, dimensão, tipo de recinto, propriedade, culturas praticadas, horticultores, destino dos produtos, etc.), das hortas urbanas, bem como a sua apresentação cartográfica, culminando numa síntese iconográfica capaz de nos informar do destino, dimensão e forma dos espaços verdes considerados na cidade.

Pelo que foi dito se pode ter uma ideia dos problemas que o investigador tem de enfrentar e o muito tempo que tem de esperar até poder atingir a meta do seu trabalho. Essa era a situação em que nós mesmos estávamos no momento de preparar esta comunicação. Por isso ela deve ser considerada como um primeiro contributo de uma pesquisa mais completa que tem como objectivo conhecer a difusão e a distribuição destes espaços agrícolas entre-muros, assim como as suas características mais marcantes, resultado de um processo histórico multissecular.

A nossa atenção recaiu, num primeiro momento, em sete das cidades mais importantes da Umbria – Perugia, Norcia, Gubbio, Spoleto, Amelia, Todi e Narni. Todas se revelaram de grande interesse por apresentarem um número apreciável de áreas agrícolas nos seus centros históricos. Neste momento, por razões de espaço e pelo facto de a pesquisa não ter sido ainda completada em relação a todas as cidades acima referidas, tratar-se-á em particular de Perugia, fazendo referência a algumas observações gerais e a algumas análises mais detalhadas. Parece-nos portanto oportuna uma introdução a estes resultados, com os quais se faz já referência ao significado destes espaços agrícolas, das suas características de distribuição e as suas diferenças qualitativas, bem como da evolução que sofreram, particularmente de um século e meio a esta parte.

As hortas que aqui consideramos são:

- a) uma componente do verde urbano, jardins, parques, etc.;
- b) um velho, residual mas persistente elemento fisionómico-estético da paisagem urbana (‘verde histórico’), que é caracterizado, no plano topográfico e do uso do solo, não só pela cor mas também pelo contraste entre as pedras da construção e o verde²;
- c) um testemunho histórico-cultural que exprime uma relação milenar entre o homem e as plantas, graças à qual se pode fazer a história da horticultura, a introdução e difusão de novas plantas³, bem como com a análise dos diversos papéis assumidos pelo sistema de cultura. Estes papéis vão desde o recurso de subsistência⁴ e de sustentação da

² Neste sentido, considerem-se as cartas antigas, como se pode observar em muitos mapas das cidades aqui referidas. São um óptimo exemplo os mapas realizadas em 1770 por Giuseppe Maria Ghelli, para a cidade de Gubbio, ou para Todi, em 1625.

³ Pensa-se na batata, tomate, laranja, limão.

⁴ Como exemplo, podemos referir as chamadas ‘hortas de guerra’, preciosas em caso de assédios e usadas em muitas cidades até ao fim da segunda guerra mundial,

economia familiar (às vezes mesmo capaz de produzir para o mercado local), até culturas de distração, para obter a ‘salada da própria horta’. Este último ponto de vista, ou seja, o testemunho histórico-cultural que tais espaços constituem, é também comprovado pela toponímia urbana, certamente mais resistente do que as próprias hortas. Portas, ruas e praças conservam ainda hoje uma designação que se refere ao nome de plantas específicas⁵;

- d) um património vegetal de plantas arbóreas, arbustivas e herbáceas, por vezes seculares, com valor *económico-utilitário* (em primeiro lugar para o autoconsumo); *ecológico e bio-geográfico*, por serem oásis de conservação e portanto autênticas hortas botânicas protectoras da bio-diversidade hoje tanto reclamada⁶; *psicológico*, se consideramos a função que detêm para a saúde e qualidade de vida dos habitantes da cidade; *científico*, pelas oportunidades oferecidas às pesquisas interdisciplinares que envolvem os estudiosos de Pedologia, Biologia, Patologia vegetal, Botânica...⁷; por fim *didáctico*, já que são um meio para o conhecimento e educação ambiental⁸.

Antes de passar aos casos exemplificativos, a análise que viemos a conduzir até ao momento e que foi alargada também a outras cidades, permite-nos fazer algumas considerações sobre as características de distribuição, natureza e evolução do fenómeno em questão.

Na maioria dos casos as hortas são autênticos ‘canteiros’, porém com dimensão alargada no caso da propriedade eclesiástica e de comunidades monásticas. A exiguidade das dimensões resulta muitas vezes da edificação de casas, parques de estacionamento, etc. A forma irregular é outra das características comuns a estas hortas, fruto da adaptação às condições topográficas, a edifícios preexistentes ou aos seus limites.

como no caso de Milão. Para esta cidade temos o testemunho (de Landolfo Seniore) que na Alta Idade Média, no interior das muralhas, se ceifava o trigo.

No que respeita à Umbria, pode ler-se como, em Castiglione del Lago, cada habitante era obrigado a ter a horta para garantir uma contínua *olerum abundantia* e ordenar o *olerum caritudo* (FARINA, E., 1912, p. 136).

⁵ Uma *Via degli Orti* encontra-se em Perugia, Deruta, Marsciano; em Gubbio, ao longo da muralha medieval, abre-se a *Via degli Ortacci*.

⁶ Pensa-se nos antigos conventos, especialmente os de clausura, lugares de conhecimento botânico e de conservação de vegetais, graças também ao regime de autonomia alimentar, ainda em uso. As hortas presentes em torno destes vastos complexos religiosos são quase todos ricos em variedades frutícolas, para além de espécies medicinais e arbóreas.

⁷ Em particular para o aspecto botânico leia-se G. MAZZUFFERI e F. PERLINI (1985).

⁸ Neste sentido, considerem-se as vantagens oferecidas pela localização dentro da cidade, onde ainda hoje estão muitas escolas.

A composição botânica é bastante variada: espécies naturais, naturalizadas, espontâneas, cultivadas (ou não) estão presentes simultaneamente. Entre as espécies arbóreas conta-se a oliveira, uma presença ‘histórica’; entre os arbustos é comum a videira, muitas vezes sob a forma de latada, mas as inovações não faltam (veja-se o caso do cultivo do kiwi); enfim, uma grande variedade de plantas regista-se entre as culturas herbáceas, culturas estas que são as dominantes e não raramente protegidas em estufa (pimentos, saladas, aboborinhas, etc.). Em mais de um caso foram observadas espécies que se desenvolvem nas ruínas e que colonizam as muralhas confinantes (as alcaparras são um dos casos mais frequentes).

A propriedade, de vários tipos e de origem diversa, pode ser pública ou privada, mas na maioria dos casos é de natureza eclesiástica e monástica.

O estado de conservação destas hortas urbanas é bom em alguns dos casos, mas na generalidade pode dizer-se que é apenas satisfatório, devido à falta de tratamento e ao abandono, pelo menos parcial.

A exploração raramente é directa, e no caso das hortas monásticas recorre-se à mão-de-obra externa (as despesas elevadas neste domínio constituem um outro motivo plausível do abandono).

A irrigação, que a horta regularmente pede, está em estreita relação com a presença de poços, fontes ou cisternas.

A distribuição leva-nos a falar de uma estrutura ou de um padrão ‘em mosaico’ que na observação directa dá a impressão de ‘gemas encantonadas no tecido antigo’,⁹ muitas vezes resultado de desmembramentos que se seguiram a abertura de estradas e de edificações várias, com as vantagens que daí advêm¹⁰.

Situadas ao lado das casas e das muralhas que as delimitam¹¹, as áreas hortícolas podiam aparecer também fora destas últimas, já que a expansão recente pode tê-las afastado da inicial cintura agrícola adjacente às próprias muralhas.

Da segunda metade de Oitocentos até cerca de 1950 assistiu-se a uma séria diminuição destas áreas hortícolas, em consequência de vicissitudes histórico-políticas, de novas exigências da população (notoriamente a aumentar nos centros urbanos) e pela mudança de atitude das pessoas em relação à horta, que perde significado e importância como área produtiva. Destruição e ampliação de edificação, assim como a realização de parques e jardins, reduzem muitas hortas a simples cortis e a superfícies exíguas, a ponto de não ser significativo o seu cultivo: as hortas tornam-se espaços residuais.

⁹ Em 1977, no centro de Perugia, contavam-se 162 parcelas.

¹⁰ Em primeiro lugar, a este respeito, deve lembrar-se a resistência às doenças.

¹¹ Muitos conventos – ver também o caso de Perugia e de Norcia – e as próprias habitações conseguiam uma menor despesa adensando-se em torno da cintura da muralha urbana.

No que respeita às espécies arbóreas, predominam as árvores de fruto (nogueiras, pereiras, macieiras, figueiras) que, ao lado da função produtiva, assumem, juntamente com outras árvores, uma função ornamental, a ponto de formar mais justamente *verzieri* (pomares)¹².

Nos últimos decénios avançou o espaço inculto e várias plantas invasoras (árvores infestantes, tal como a *robinia* e o *ailanto*) e umbrosas vêm sendo causa de um excessivo assombramento.

Ao mesmo tempo, pode ver-se que estes espaços estão a ser destinados a outros usos. Para além dos jardins, construíram-se depósitos, garagens, descargas onde destruir o lixo¹³: em suma, passa-se do verde de utilidade ao verde de ornamento.

Uma relação estreita começou a insinuar-se entre as áreas em questão, o urbanismo e ainda a população local: por um lado, o aumento do terciário e, por outro, o esvaziamento do centro histórico por parte da população local (com a conseqüente venda, aluguer ou abandono das habitações e das áreas verdes anexas) produziram a redução da área de hortas. Mais recentemente, um processo de gentrificação do centro histórico reduziu o espaço cultivado a jardins e estruturas semelhantes¹⁴.

Perugia, um caso exemplificativo

Um *case-study* que se adequa ao nosso objectivo é-nos oferecido pela capital da região da Umbria. Nos anos 70 e 80, Perugia foi um famoso centro de arte e de cultura. Uma cidade que, mais do que todas as outras na Umbria, é caracterizada pelas áreas hortícolas, tomou plena consciência do importante significado e função social, ecológica e científica da presença de hortas, e mais em geral do verde urbano. Três anos depois de uma pesquisa de reconhecimento, especificamente conduzida com este objectivo, e cujos primeiros resultados foram apresentados em 1994, foi estipulada uma convenção entre a associação cultural do Garden Club, o Município e a Universidade para realizar um censo muito detalhado¹⁵, censo que neste momento está já quase concluído¹⁶. Tal iniciativa, que podemos ver como a

¹² Derivado do francês antigo *vergier* (que é do latim *viridarium*, da *viridis* = verde), na literatura este termo assumiu o significado conjunto de jardim-horta-pomar.

¹³ O que se lamentou recentemente para a cidade de Terni, como se lê no jornal *La Nazione* de 20 de Setembro de 1999 («Gli orti urbani nel mirino»).

¹⁴ É disto um bom exemplo, em Perugia, um Pub existente na via del Verzaro ao lado da muralha etrusca.

¹⁵ *Orti e giardini entro le mura di Perugia*, Atti del Convegno (18 Marzo 1977), Università degli Studi di Perugia, 1998, 58 pp.

¹⁶ No momento em que se procedia à realização do texto definitivo do presente artigo, foi dada a notícia do projecto de redacção de uma classificação informativa dos

última fase no percurso histórico acima delineado, é expressão da uma mudança de atitude em relação ao verde urbano, incluindo as hortas, que não é mais concebido como simples elemento estético. A dita pesquisa e todas as observações conduzidas pessoalmente para visionar e conhecer o fenómeno em questão permitiram constatar a ocupação ainda considerável (as hortas eram verdadeiramente numerosas ainda no fim de Oitocentos) de espaços verdes ou não construídos, apesar da forte diminuição ocorrida, sobretudo na primeira metade de Novecentos, recordem-se as 162 intervenções efectuadas no centro histórico em 1977.

Centro histórico de Perugia. As áreas verdes da 'terra velha' e da 'terra nova' de 1845 a 1990 (dados de superfície em m². (*) dos quais 1520m² de uso não produtivo).

	Superfície total territorial	Áreas verdes							
		Ano 1845				Ano 1990			
		Superfície *	%	Total	% sobre total sup. territ.	das quais de uso produtivo	% sobre total sup. territ.	Outros usos	% sobre total sup. territ.
<i>Terra velha</i>	227.050	28.700	12,6	22.350	9,8	700	0,3	21.650	9,5
<i>Terra nova</i>	732.850	319.050	43,5	205.400	28,0	69.850	9,5	135.550	18,5
Total	1.009.900	347.750	34,4	227.750	22,5	70.550	7,0	157.200	15,6

Comprovam-no os dados da tabela apresentada, considerando distintas duas áreas (*terra velha e terra nova*) componentes do centro histórico¹⁷, com referência aos anos 1845 e 1990.

Estes dados permitem destacar a redução do verde urbano no período de um século e meio (de 384 000 m², dos quais 1520 de uso não produtivo, tratando-se de cortis e jardins, a 228 000 m²), mas sobretudo do verde de uso

espaços verdes incluídos no censo do centro histórico perugino; as hortas e os jardins estão presentes *on line* e via *Internet* e poder-se-á fazer um passeio virtual, conhecendo-lhe as características botânicas, a história, o estado de saúde, ou o contexto arquitectónico no qual estão inseridos. Considera-se positiva a iniciativa, se tivermos em conta a difícil acessibilidade de muitos dos espaços referidos que, como se sublinhou, são em grande parte privados e nem sempre visíveis do exterior.

¹⁷ Fruto de um paciente trabalho de classificação e elaboração de dados conduzido há alguns anos. Porém, a situação pode considerar-se que pouco ou nada mudou desde então, feita excepção para alguns espaços abandonados de modestíssima relevância no que respeita à superfície (para uma tese de licenciatura em Geografia realizada sobre direcção do autor, veja-se LOCATELLI E., 1990-91). A tabela refere-se a uma delimitação que decalca a utilizada para a redacção do Plano Regulador Geral da cidade. Tal delimitação coincide com as muralhas urbanas da época etrusco-romana (*terra vecchia*) e medieval (*terra nova*): para esta última área é excepção uma pequena porção a SO ladeando a muralha medieval.

produtivo (hortas, pomares), cuja perda para novos destinos de utilização (edificação, transformação em jardins, etc.) pode calcular-se em 275 000 m²¹⁸.

De qualquer modo, no início dos anos 90, mais de 70 500 m² do terreno intra-muros – equivalente a 7% da área correspondente ao centro histórico¹⁹ –, eram ainda cultivados como hortas.

A redução das áreas cultivadas deve ter-se verificado, de forma algo restrita²⁰, também nos séculos passados; mas, como se disse, ainda nos fins do século XIX áreas significativas, que perpetuavam hortas e campos conservados com um sentido utilitário (e, por necessidade, como hortas de guerra)²¹, estavam não edificadas e destinadas ao uso produtivo. Tudo isto apesar das inevitáveis repercussões para a cidade pelo facto de se ter tornado, depois da unidade da Itália, capital de província (e mais tarde de região) e que, portanto, teve necessidade de mais amplos espaços para a edificação de casas, praças, infra-estruturas, etc²².

Uma redução devida a novas edificações (afectações, ampliações), mais ou menos abusivas, e um desenvolvimento da edificação produziu-se nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial²³. Para a mesma área perspectivava-se

¹⁸ De facto, em 1845 apenas 1520 dos 348 000 m² eram de utilização não produtiva.

¹⁹ Um pouco menos de 1/4 desta área, se consideramos os espaços verdes na sua totalidade.

²⁰ Já em fins de Quinhentos Perugia tinha alcançado aquele desenvolvimento topográfico-edificativo que manterá até fins da segunda metade de Oitocentos, à parte da construção de palácios (séculos XVII-XVIII); já em tempo de Braccio Fortebraccio, ou seja na segunda metade de Quatrocentos, realizou-se uma terceira muralha, que ficou incompleta pela morte do mesmo Braccio. Mas não se deve ter tratado de um desenvolvimento topográfico e demográfico muito consistente, já que muitos espaços ficaram por edificar, como muitas vistas panorâmicas confirmam para os séculos XVI-XIX. Para além disso era constante a preocupação dos peruginos em incluir, dentro da muralha urbana, terras livres úteis como campo de manobra para os defensores da cidade, ou destinadas ao cultivo para se obterem os géneros alimentares de primeira necessidade pelo receio de assédios longos (cfr. BEVILACQUA E., 1950, p. 32). E a decisão de realizar uma terceira muralha torna-se necessária pela progressiva, se bem que lenta, redução dos espaços livres contidos no espaço precedente e com a necessidade de integrá-los, contendo-os num novo circuito de muralhas, como muitas vistas panorâmicas confirmam para os séculos XVI-XIX.

²¹ Para os séculos XVI-XVIII isto é comprovado das várias vistas panorâmicas coligidas no volume de CASSANO F. (1990).

²² Já para o período 1820-1860, na planta de Perugia de Gambino, nota-se como não eram modificados os espaços ocupados por jardins e hortas (BEVILACQUA E., *op. cit.*, p. 62).

²³ Veja-se na parte oeste do centro histórico, a área entre a Porta S. Angelo e S. Francesco al Prato, compreendendo a zona da Conca (cfr. CASAGRANDE G., 1983, p. 229-237).

uma posterior redução dos terrenos não edificados, mas por sorte um travão surgiu com o PRG de 1956²⁴.

Com algum fundamento, pode afirmar-se que nos anos pós-guerra as hortas demonstraram um bom grau de persistência, graças à imigração da população camponesa que afluía ao centro histórico. Nos anos 50-60, os preços de compra ou aluguer de uma habitação no centro histórico não eram altos e, para certas famílias ex-camponesas aqui imigradas, a horta podia garantir a continuação da relação com o campo, quer porque se tornassem proprietários da parcela, quer porque fornecessem mão-de-obra.

Mas o factor importante nesta persistência de grande duração é constituído pela presença de mosteiros, conventos e igrejas, detentores dos maiores espaços hortícolas e pomares²⁵.

Sem dúvida, mudanças operadas em tempos recentes, especialmente nos anos 50 e decénios sucessivos, geraram uma realidade que compreende quase todas as tipologias possíveis no que respeita às dimensões²⁶, estado de conservação²⁷, propriedade²⁸ e evolução²⁹.

²⁴ Já em 1931 um PRG tinha sido redigido e aprovado, mas infelizmente nunca adoptado, que definia de facto alguns espaços verdes como intocáveis. Porém, em Perugia não se verificou uma expansão desrespeitadora dos espaços verdes, como aconteceu em outras cidades: veja-se o caso de Todi em Carlo e Marco GRONDONA (1977, p. 169).

²⁵ Sobre a importância das comunidades monacais e conventuais para a conservação dos espaços hortícolas e dos pomares escreveu-se em abundância. Já no final da Alta Idade Média eram os monges que se preocupavam não só em guardar e em transcrever os textos da civilização clássica, mas igualmente em tratar as suas hortas, cultivando plantas alimentares e medicinais (jardins dos simples), pomares (daqui o termo pomar) e ornamentos para a igreja; compilaram calendários para o trabalho nas hortas e escreveram poemas de inspiração rústica. Enfim, a prática da agricultura e da jardinagem circunscreve-se aos grandes mosteiros e é confiada às mãos de poucos jardineiros... (PIZZONI F., 1977, p. 11.) Por outro lado, para parafrasear DEFFONTAINES P. (1960, p. 222), ‘uma geografia agrícola que não tivesse em consideração a acção do elemento espiritual seria verdadeiramente incompleta’.

²⁶ Desde as minúsculas hortas privadas aos amplos espaços horto-frutícolas, sobretudo conventuais; mas não faltam os espaços privados de grandes dimensões (as hortas da zona do Piscinello ocupam uma superfície de 4.500 m²).

²⁷ Passa-se assim do tratamento atento de certas hortas conventuais ao estado inculto, de abandono das culturas hortícolas, a favor das árvores de fruto, invasoras e objecto de pouca atenção, e até de infestantes (veja-se o exemplo da horta perto do Mercato Coperto, no coração do centro histórico, onde um grande *ailanto* domina numa pequena parcela em tempo muito cuidada).

²⁸ Existem áreas com um só proprietário, porém as parcelas hortícolas são normalmente propriedade de mais famílias (veja-se o exemplo das hortas da Porta Sole).

Um caso particular, proposto como curiosidade e recurso turístico, pode ver-se na horta botânica medieval da Universidade de Perugia, situada no antigo mosteiro beneditino de S. Pedro: trata-se de uma estrutura do tipo museu ao ar livre³⁰, rica de todas as espécies de plantas alimentares (medicinais, aromáticas, etc.) e organizadas de modo a fornecer uma vasta gama de representações simbólicas (paraíso terrestre, concepção da vida e da morte, da redenção e da perfeição, etc.), revelação da ‘harmonia numérica’ e com ligações aos signos zodiacais. Estamos em presença, de facto, de um espaço limitado, como o antigo *hortus conclusus* monástico, capaz de ‘fazer falar o visitante em termos histórico-culturais com as plantas através de simbolismos dos quais as plantas são ricas’ (MENGHINI, A., 1988).

Conclusões

Com referência à situação actual parece oportuno tecer algumas considerações finais.

O verde urbano de finais do século XX é muito diferente do verde essencialmente agro-produtivo de meados e finais de Oitocentos. Muitas áreas, transformadas, assumiram finalidades recreativas e sócio-desportivas, tal como outras zonas extra-muros que acompanharam a recente expansão da cidade. Outras, não poucas, agora já descuradas, jazem num estado de conservação que as supõem destinadas a outros fins.

Depois das transformações sensíveis de finais de Oitocentos e primeiros decénios de Novecentos³¹, continua a tendência de cultivar pomares (áreas a meio caminho entre horta-pomar e jardim) e verdadeiros jardins. Trata-se de uma tendência que se, por um lado, pode revalorizar o verde degradado; por outro, sob o aspecto geo-botânico, compromete a ‘naturalidade’ e a fisionomia originária das hortas (veja-se o caso das plantas exóticas como as palmas) e que em todo o caso compromete o tecido hortícola.

²⁹ Passagem frequente foi o da horta a pomar e a jardim, resultado da gentrificação, bem consolidada já nos anos 80, e de uma terciarização que contribuiu para transformar os espaços em questão em zonas recreativas.

³⁰ Quem teve a ideia, a projectou e a realizou foi o Professor Alesandro Menghini, professor de estudos botânicos na Faculdade de Agronomia, escola que tem a sede no antigo mosteiro.

³¹ É um exemplo excelente, em Perugia, a zona da Conca, em tempos agrícola, depois industrial (fábricas têxteis e de cerâmica), agora universitária.

Apesar desta marginalização substancial, não faltam zonas hortícolas que parecem continuar a paisagem verde produtiva, característica de um tempo recuado³².

A fazer crer na conservação das áreas em questão estão as modernas normas urbanísticas, desde logo os planos reguladores que, na generalidade, decretam a inantigibilidade do centro histórico³³; porém, não se deixa de ter consciência que existem muitos casos de abuso perpetrados em certos espaços verdes, incluindo os hortícolas.

Em Perugia, ainda recentemente, uma variante ao PRG, adoptada em 1990 (variante n.º 35), proibiu novas construções nas áreas verdes, sejam estas públicas ou privadas³⁴.

Tendo-se em consideração o facto de ser cada vez mais difícil encontrar hortelãos³⁵ e os efeitos acima recordados, do processo de gentrificação do centro histórico – que parece continuar, e não só em Perugia – os primeiros anos de 2000 poderão ver diminuir uma grande parte daquelas hortas que de há mais de dois mil anos são uma componente peculiar do tecido urbano.

Porém, é possível e desejável que, pelo menos para Perugia, do censo e de outros estudos em curso, levados a cabo por iniciativa da Convenção acima referida, surjam resultados capazes de fazer tomar consciência da importância, até científica e didáctica, da sobrevivência destes peculiares espaços verdes intra-muros.

Parte integrante do centro urbano e da sua paisagem, elemento que, mais do que qualquer outro, estabelece a mais estreita e imediata ligação entre cidade e campo, inesperado reservatório de essências raras, as hortas constituem um

³² Só na zona da Porta S. Angelo, do centro histórico de Perugia, os espaços hortícolas ocupam cerca de 13 600 m², no conjunto ainda bem tratados, especialmente no caso das hortas conventuais.

³³ O mesmo se diga do PRG de 1956, para a cidade de Perugia. Este plano, no entanto, não excluía a edificação junto da muralha nem a construção de parques de estacionamento ao longo do anel de circunvalação que enfaixava a mesma; fazia-se excepção para os fossos que, dispersando-se em várias direcções do corpo central da colina, constituíam outros tantos espaços verdes em boa parte mantidos até hoje intactos.

³⁴ Precisa-se que nas áreas privadas (hortas ou jardins) podem ser construídos armazéns, ainda que se peça que estas intervenções não comprometam o aspecto e as funções tradicionais. Como se vê, existe algum grau de liberdade de transformação do espaço já existente.

³⁵ Dois factores podem explicar a falta cada vez maior de hortelãos: por um lado, o esforço que comporta o tratamento das áreas hortícolas para os horticultores – e ainda mais para os proprietários que exercitam actividades extra-agrícolas – e, por outro, os preços dos produtos finais que, para poderem cobrir as despesas, torna pouco aliciente a compra de produtos horto-frutícolas nos mercados das cidades.

patrimônio verde e um bem cultural do qual no futuro se tornará necessário prestar atenção para garantir a sua tutela e valorização.

Outras indicações bibliográficas:

- AA.VV. (1992) – *La città ecologica*. Atti del Seminario (Perugia, 28 aprile – 2 giugno 1989), Prima Circoscrizione del Comune di Perugia, 319 pp.
- AA.VV. (1998) – *Orti e giardini entro le mura di Perugia*. Atti del Convegno (18 marzo 1997), Università degli Studi di Perugia, Perugia, 58 pp.
- BEVILACQUA E. (1950) – *Perugia: ricerche di Geografia urbana*, C.N.R., Centro di Studi per la Geografia antropica, Memorie di Geografia antropica, Roma.
- CASAGRANDE G. (1983) – *La Conca di S. Lorenzo*. In ‘Un quartiere e la sua storia. La Conca di Perugia’. *Quaderni Regione dell’Umbria*, sez. Ricerche sul territorio, 3: 229-237.
- CASSANO F. R. (1990) – *Perugia e il suo territorio*, Perugia, Volumnia Ed.
- COMUNE DI PERUGIA (1995) – *Verde città. Guida al “Verde Pubblico” della città di Perugia (1991-1995)*, Assessorato all’Ambiente, Perugia, 81 pp.
- DEFFONTAINES P. (1960) – *Geografia delle religioni*, Firenze, Sansoni.
- FARINA E. (1912) – Statuti di Castiglione del Lago. *Bollettino della Deputazione di Storia Patria per l’Umbria*, Perugia, XVIII, fasc. 1. , 101-147).
- GRONDONA, M. e C. GRONDONA (1977) – *Todi storica e artistica*, Ponte S. Giovanni, Quattroemme.
- ITALIA NOSTRA (1982) – *Orti urbani: una risorsa*, a cura di G. Crespi, Milano, F. Angeli, 479 pp.
- LOCATELLI E. (1990-91), *Le aree verdi del centro storico di Perugia. Studio geografico*, Università degli Studi di Perugia, Fac. di Lettere e Filosofia, a.a. 1990-91, orientador, Prof. A. Melelli.
- MAZZUFFERI, G. e F. PERLINI (1985) – Cenni sul verde a Senigallia. *Bollettino della Società Amica dell’Arte e della Cultura di Senigallia*, pp. 61-64.
- MENGHINI A. (1988) – *Il giardino dello spirito. Viaggio tra simbolismi di un Orto Medievale*, Perugia, A.M.P.
- PIZZONI F. (1996) – *Il giardino. Arte e Storia*, Ed. Leonardo Arte.
- RANFA, A., CAGIOTTI, M. R., ROMANO, B. (1996) – Verde urbano pubblico e privato della città di Perugia. *Linea ecologica*, XXVIII, 1: 33-40.
- STRAFFORELLO G. (1985) – *La Patria. Geografia dell’Italia*, Torino, Unione Tipografico-Editrice.

Mapa 1: Perugia no fim de Oitocentos. Observe-se a notável extensão das áreas cultivadas – semeadas e hortas – no interior da muralha medieval, dentro da qual está ainda fechada a cidade.



Fonte: STRAFFORELLO G., *La Patria. Geografia dell'Italia*, Torino, Unione Tipografico-Editrice, 1895.

Mapa 2: As áreas assinaladas por un sublinhado horizontal representam as áreas hortícolas.



Foto 1 – Perugia. No coração do centro histórico, aos pés do Mercado Coberto, uma pequeníssima parcela de terra cultivada como horta, mas com evidentes provas de abandono recente.



Foto 2 – Perugia. As hortas ao longo da *Via Battisti* ao redor das muralhas etruscas (ao fundo), utilizadas como fundações para muitos edifícios.



Foto 3. Perugia. As hortas dos *Piscinello*, também estes limitados pela antiga muralha etrusca.



Foto 4. Perugia. As hortas da *Via delle Promie*, aos pés da elevação do *Sole*, a parte mais elevada da antiga cidade.



Foto 5. Perugia. L'Orto Medievale, recentemente realizzato na área da Faculdade de Agronomia da Universidade.



Foto 6. Perugia. Uma pequena horta ao longo da transversal da *Via della Sposa*. Ao fundo a muralha etrusca na qual no fim da Primavera início do Verão crescem numerosas plantas de alcaparras.

